

Aos vinte e seis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, na sede do Conselho Federal de Psicologia - CFP, situado no Setor de Administração Federal Sul, quadra dois, bloco "B", Edifício Via Office, térreo, sala cento e quatro, Brasília, Distrito Federal, iniciou-se a vigésima sexta plenária do décimo sétimo plenário do Conselho Federal de Psicologia. Estavam presentes nessa ocasião: Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega, Andréa Esmeraldo Câmara, Célia Zenaide da Silva, Clarissa Paranhos Guedes, Daniela Sacramento Zanini, Fabián Javier Marin Rueda, Júnia Maria Campos Lara, Jureuda Duarte Guerra, Iolete Ribeiro da Silva, Marisa Helena Alves, Norma Celiane Cosmo, Paulo José Barroso de Aguiar Pessoa, Paulo Roberto Martins Maldos, Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, Regina Lúcia Sucupira Pedroza, Rogério Giannini, Sandra Elena Sposito. 1. DESIGNAÇÃO DE PROCESSOS ÉTICOS: Júnia Maria Campos Lara informou que há processos aguardando a designação de relatoria, sendo três para fevereiro e cinco para março. Os processos de fevereiro foram designados da seguinte forma: para o PDE n. 576600020.001879/2018-87, oriundo do CRP 04/MG, foi designada a conselheira Marisa Helena Alves. Para o PDE n. 576600020.001891/2018-91, oriundo do CRP 08/PR, foi designada a Conselheira Iolete Ribeiro da Silva. Para o PDE n. 576600020.001932-2018-40, oriundo do CRP-01/DF, foi designada a conselheira Jureuda Duarte Guerra. Os processos de março foram designados da seguinte forma: para o PDE n. 576600020.002022/2018-84, oriundo do CRP-04/MG, foi designada a Conselheira Marisa Helena Alves. Para o PDE n. 576600020.002056/2018-79, oriundo do CRP-18/MT, foi designada a Conselheira Sandra Elena Sposito. Para o PDE n. 576600020.002034-2018-17, oriundo do CRP-14/MS, foi designada a Conselheira Sandra Elena Sposito. Para o PDE n. 576600020.002262-2018-89, oriundo do CRP-06/SP, foi designada a Conselheira Maria Márcia Badaró Bandeira. Para o PDE n. 576600020.002295-2018-29, oriundo do CRP-16/ES, foi designada a Conselheira Clarissa Paranhos Guedes. 2. INFORME SOBRE PROCESSOS ÉTICOS: Júnia Maria Campos Lara apresentou gráficos sobre os julgamentos realizados por esta gestão até o momento, mostrando a necessidade de manter a quantidade de julgamento de, pelo menos, cinco processos a cada plenária, havendo processos aguardando julgamento no CFP até o mês de junho. 3. CÓDIGO DE PROCESSAMENTO DISCIPLINAR (CPD): Júnia Maria Campos Lara apresentou a minuta da resolução sobre o Código de Processamento Disciplinar. Explicou que o texto estava todo no feminino: psicólogas (os), advogadas (os). A plenária indicou a necessidade de corrigir o gendramento de modo que apenas a categoria de psicólogas (os) permaneça no feminino. A leitura foi iniciada pela apresentação a ser assinada pelo plenário.

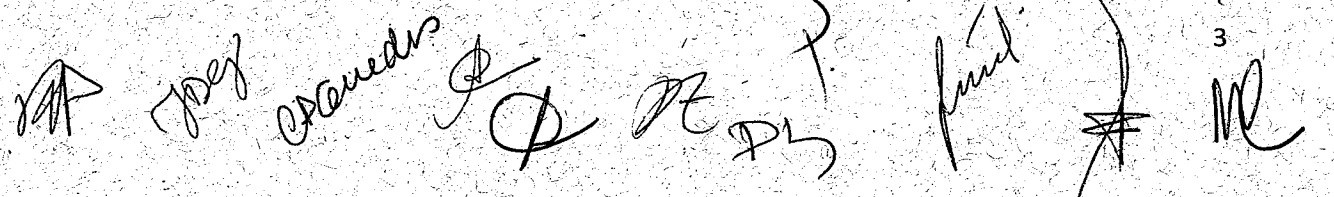
34 O texto foi aprovado com pequenas alterações. Passou-se a leitura do histórico da resolução, que
35 foi aprovado, apenas com a ressalva de alterar os termos “claro” e “clareza”. Em seguida, foi
36 explicado que a publicação no Diário Oficial Digital não terá o fluxograma, mas ele estará na
37 versão física do CPD, o que auxiliará muito os CRPs. Júnia Maria Campos Lara informou que a
38 Apaf autorizou a publicação de um CPD comentado. Neste momento, a Secretaria de Orientação
39 e Ética – SOE está recebendo dúvidas, para, a partir disso, elaborar essa versão comentada.
40 Foram apresentados os modelos de capa para o CPD e foi escolhida a versão semelhante a do
41 Código de Ética apenas com a mudança da cor para a amarela. 4. INFORME SOBRE
42 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: Miraci Mendes (CG/CFP) informou que o Comitê de
43 Acompanhamento do Planejamento Estratégico, composto pela GRI (Gerência de Relações
44 Institucionais), GTEC (Gerência Técnica), GAF (Gerência Administrativa e Financeira) e OUV
45 (Ouvidoria), realizou algumas reuniões e verificou algumas ações do Planejamento que não têm
46 condições de serem realizadas, assim, solicitou consulta à plenária para saber se pode retirar
47 essas ações do planejamento. O primeiro ponto é relativo à criação de uma plataforma de
48 participação digital, que realizaria consultas à categoria para subsidiar várias ações do Plenário e
49 que seria utilizada também para o 10º CNP – Congresso Nacional de Psicologia, entretanto, não
50 foi possível concretizar a ação por meio de convênio com a UNB, haja vista alguns
51 impedimentos legais. Houve tentativa com a fundação da UNB, mas isso também foi
52 inviabilizado. A plenária lamentou, mas acatou a retirada da ação do planejamento. A outra
53 atividade do planejamento estratégico é referente à necessidade de posicionamento do CFP sobre
54 as novas práticas e práticas integrativas e complementares. Miraci Mendes (CG/CFP) explicou
55 que se torna inviável o CFP se posicionar pontualmente sobre cada prática, visto que a Apaf
56 decidiu criar um observatório. Andrea Esmeraldo Câmara pediu para pautar o assunto para
57 alguma plenária, para receber informe da Secretaria de Orientação e Ética sobre como está essa
58 tarefa do GT da Apaf e principalmente porque é preciso refletir como o CFP irá se posicionar
59 quando surgirem processos éticos referentes a alguma dessas práticas. 5. INFORME REUNIÃO
60 DA CONPAS COM OS CRPS: Andréa Esmeraldo Câmara informou que a reunião aconteceu
61 nos dias 20 e 21 de outubro, com a participação de um representante do Dieese - Departamento
62 Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos para fazer análise de conjuntura.
63 Compareceram vinte Conselhos Regionais. Os pontos decorrentes da reunião estão pautados
64 nesta plenária como pontos de pauta. 3. INFORME CFP NO SEMINÁRIO NACIONAL PELA
65 REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL: Regina Lúcia Sucupira Pedrosa informou que
participou da organização do evento. Contou que Paulo Roberto Martins Maldos fez uma fala

[Handwritten signature]
20
[Handwritten initials]

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

[Handwritten signatures and initials]

67 impactante na abertura. Acrescentou que o CFP também contribuiu subsidiando o tradutor de
68 libras para o seminário. Regina Lúcia Sucupira Pedrosa explicou que o fórum está esvaziado,
69 mas os debates são muito importantes, assim, consultou se o CFP deve continuar nesse fórum.
70 Foi aprovada a continuidade do CFP no fórum. 6. INFORME DA REVISTA PSICOLOGIA,
71 CIÊNCIA E PROFISSÃO: Pedro Paulo Gastalho Bicalho lembrou que a revista passa a ser em
72 fluxo contínuo a partir de 2019. Informou os números especiais: Territórios e violência, sob
73 responsabilidade de Carolina dos Reis e Simone Huning. Relações Raciais, Interseccionalidade e
74 Povos Tradicionais, sob responsabilidade da Marilda Castelar. Populações tradicionais, sob
75 responsabilidade de Adolfo Pizzinato, Jader Leite e Danilo. LGBTTI, sob responsabilidade de
76 Pedro Paulo, Sandra Spósito e Céu Cavalcanti. Pedro Paulo Gastalho Bicalho informou que em
77 2019 a revista fará quarenta anos, assim, haverá algumas atividades comemorativas. Entre elas,
78 existe a proposta de um diálogo digital no dia nove de maio, com Marilene Proença, Acácia
79 Santos, Virginia Kastrup e Francisco Portugal, que vão abordar todos os temas tratados nessas
80 quatro décadas. Existe também a proposta de outro diálogo digital sobre produção científica, com
81 participação da Abecipsi, Pepsic e Scielo. Pedro Paulo Gastalho Bicalho explicou que esses
82 pontos vieram da reunião da Comissão Editorial. 7. INFORME SOBRE PROCESSO DO STF
83 (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL): Sandra Elena Sposito informou que está em tramitação
84 um processo, iniciado por alguns movimentos sociais, que pede a criminalização da homofobia e
85 transfobia, sob alegação de que há uma omissão do estado em relação ao termo, pois quem teria a
86 possibilidade de legislar sobre isso seria o Congresso Nacional, que não o fez. Há cerca de dez
87 projetos de lei tramitando há décadas no Congresso Nacional pedindo essa regulamentação, mas
88 não são colocados em pauta, por falta de interesse. Não há iniciativa política de priorizar o tema.
89 Levando em consideração o assassinato de pessoas LGBT no país e a omissão do estado em criar
90 medidas protetivas e de interdição da violência, essas instâncias foram ao STF. O CFP participa
91 da ação como *Amicus Curiae*. O julgamento da ação será no dia treze e o CFP poderá ter
92 participação. Sandra Elena Sposito informou que já começou a esboçar um memorial que
93 representa a posição do Conselho para que venha a dar consistência na argumentação, sob o viés
94 da Psicologia, porque outras entidades já falarão dos assassinatos, da violência e do preconceito.
95 Acredita que a linha principal deve ser de que a manifestação do preconceito é um elemento que
96 promove o sofrimento psíquico e agrava a saúde mental, gerando possibilidades de suicídio, de
97 transtorno de ansiedade, de depressão, entre outros. Assim, ao não se regulamentar medidas
98 preventivas, se contribui para o agravos na saúde mental da população. Jureuda Duarte Guerra
informou que a psicologia começou a ser mais pautada pelo movimento negro quando começou a



100 falar que o racismo causa sofrimento psíquico. Por isso, acredita que o argumento deve se dar
101 nessa direção, olhando pela perspectiva da saúde pública. Em resposta à dúvida de Norma
102 Celiane Cosmo, Sandra Elena Sposito explicou que o memorial é entregue aos membros que
103 julgarão o processo e é incluído nos autos. 8. SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO DO
104 REGIMENTO INTERNO DO CRP-22/MA: Jureuda Duarte Guerra apresentou o ponto com
105 auxílio de Cibele Tavares (CG/CFP). Ela explicou que o CRP enviou uma solicitação em 2018,
106 mas na ocasião, o CFP devolveu para o Regional, por orientação da Gerência Jurídica, para
107 complemento das informações. Após o retorno, o material enviado pelo CRP já foi analisado no
108 CFP pela Secretaria de Orientação e Ética, pela Gerência Administrativa e Financeira, pela
109 Auditoria, pela Gerência Jurídica, pela Gerência Técnica e pela Ouvidoria. Há pareceres de todos
110 esses setores. O tema foi pautado para a plenária de novembro, em que foi definida a relatoria da
111 Conselheira Jureuda Duarte Guerra, que fez um estudo a partir desses documentos. A mudança
112 que o CRP propõe em seu regimento é extensa, incluindo 27 artigos. O parecer da relatora foi
113 apreciado, com voto para retorno ao CRP, para fazer as correções indicadas. Esse parecer foi
114 acatado pela plenária do CFP. Iolete Ribeiro da Silva avaliou que esse regimento é bem diferente
115 do regimento dos outros conselhos e acaba descrevendo várias ações que são de responsabilidade
116 do CFP. 9. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DO CRP-06/SP: Norma Celiane Cosmo lembrou
117 que quando o orçamento desse CRP chegou ao CFP, precisou devolvido ao Regional, porque o
118 teto de anuidade considerado em todo o orçamento estava superior aquele definido em Apaf.
119 Assim, o documento foi revisado, teve os valores adequados e pode ser apreciado pelo CFP.
120 Norma Celiane Cosmo explicou que a documentação já foi apreciada pela área financeira do
121 CFP e não há observações. Foi aprovada por unanimidade a resolução com valores das anuidades
122 do CRP-06/SP. 10. PLANEJAMENTO CONPAS 2019: Andréa Esmeraldo Câmara apresentou o
123 planejamento, lembrando a composição da Conpas atual, composta por oito membros. Informou
124 que há previsão de realização de seis reuniões presenciais, seis telefônicas e que a comissão
125 poderá se encontrar também em outros eventos do tema, desde que o custo não fique mais alto
126 que realizar reunião no CFP. Andréa Esmeraldo Câmara explicou que ainda não houve a
127 convocação da Conferência Nacional e isso já é uma problemática para a comissão pensar.
128 Contou que uma das atividades desse planejamento era a reunião nacional, que já aconteceu.
129 Informou que há outro ponto de pauta desta plenária específico para tratar sobre a mostra, que
130 também está nesse planejamento. Complementou que no CBP - Congresso Brasileiro de
131 Psicologia havia uma série de atividades que foram realizadas, com exceção da mostra. Andréa
Esmeraldo Câmara explicou que não foi possível contabilizar quantas pessoas estiveram

133 presentes nas sete atividades da Conpas no CBP, entre seminários, conferência, mesa redonda e
134 conversando sobre, mas resumiu as atividades mais intensas. Informou que a conferência com
135 Isabel Fernandes foi muito elogiada. Destacou que a pauta sobre o Programa Criança Feliz foi
136 polêmica, e explicou que muitas psicólogas defendem o programa. Andréa Esmeraldo Câmara
137 apresentou o calendário completo da Conpas e a proposta de produção de documentos. Norma
138 Celiane Cosmo sugeriu ajuste do calendário, visto que em agosto haverá eleições e, em seguida,
139 a posse de novas gestões dos CRPs, de modo que pode ficar inviável a realização das cinco
140 mostras nas datas pensadas. Sugeriu que toda a mobilização seja feita até o meio do ano, pois,
141 depois disso, há outras prioridades pro Sistema Conselhos de Psicologia, em virtude das
142 atividades regionais do 10º CNP – Congresso Nacional de Psicologia. Andréa Esmeraldo Câmara
143 explicou que os calendários foram construídos a partir de reuniões com as regiões, considerando
144 as atividades do CNP e contemplando as realidades locais, mas compreende que isso pode ser
145 revisto. Norma Celiane Cosmo também alertou que o orçamento para a mostra ultrapassa os
146 valores de atividades como diálogos digitais, assim, sugeriu revisão desse aspecto também.
147 Andréa Esmeraldo Câmara informou que haverá reunião nos dias dois e três e que esse assunto
148 poderá ser abordado. Ela alertou que Célia Zenaide da Silva não estará presente nessa ocasião
149 por um erro no memorando, o qual foi percebido somente ontem, de modo que não há mais
150 tempo hábil para correção. Argumentou que a presença dela seria importante. Ficou combinado
151 que o calendário e o orçamento da Conpas serão revisados e pautados em outra plenária. Norma
152 Celiane Cosmo dará suporte sobre as questões financeiras. 11. BRUMADINHO: Rogério
153 Giannini pediu o ponto na hora, solicitando uma nota a ser produzida pela Gerência de
154 Comunicação, acerca da tragédia em Brumadinho – MG, com três pontos: solidariedade às
155 vítimas; ênfase à iniciativa colaborativa do CRP-04/MG e de psicólogas do estado; e denúncia à
156 responsabilidade criminal da Vale, com lembrança ao desastre de Mariana. Explicou que o tema
157 deve ser tratado como um desastre, mas que poderia ter sido evitado. A sugestão de produção de
158 nota foi aprovada por unanimidade. Foi acrescentado que a nota deve exaltar o trabalho e
159 importância das equipes de saúde pública. 12. PL 7082/2017 – PESQUISA CLÍNICA COM
160 SERES HUMANOS E INSTITUI O SISTEMA NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA
161 CLÍNICA COM SERES HUMANOS: Marisa Helena Alves informou a tramitação do projeto e
162 contou que o texto substitutivo traz retrocessos nos direitos dos usuários da pesquisa, mostrando
163 favorecimento do patrocinador. A conselheira leu trechos do substitutivo e avaliou que a
164 proposta é antiética e favorece única e exclusivamente a indústria farmacêutica. Iolete Ribeiro da
165 Silva afirmou que a apreciação de conteúdos dessa natureza como projeto de lei é inadequada.

[Handwritten signatures and initials]

166 pois o tema deveria, no mínimo, passar por instâncias da comunidade acadêmica e também ser
167 colocado em consulta pública. Sugeriu que se aborde a importância de que o assunto seja tratado
168 em um fórum adequado para esse tipo de questão. Fabián Javier Marin Rueda sugeriu contato
169 com a Anpepp - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia, porque ela
170 tem acompanhado os assuntos de importância da Conep - Comissão Nacional de Ética em
171 Pesquisa. Pedro Paulo Gastalho Bicalho indicou diálogo com Simone Hüning, da Universidade
172 Federal de Alagoas, que representava a Abrapso - Associação Brasileira de Psicologia Social
173 nesse mesmo GT da Conep. Esses encaminhamentos foram aprovados pela plenária e Rogério
174 Gianini complementou, indicando a necessidade de produção de um documento mais robusto
175 com posicionamento do CFP. Solicitou também que a Assessoria Parlamentar do CFP identifique
176 parlamentares que possam começar uma articulação contrária ao projeto dentro da casa,
177 abordando o desmonte da ética em pesquisa e a primazia da indústria farmacêutica. Ressaltou
178 que o tema deveria passar pela Anvisa - Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Sugeriu que o
179 documento do CFP seja feito em diálogo com a Conep, e que a Assessoria Parlamentar do CFP
180 possa fazer articulações na Câmara e oferecer esses contatos de parlamentares para que o
181 Conselho Nacional de Saúde também possa dialogar. 13. ACOMPANHAMENTO DAS
182 COMISSÕES DAS REFERÊNCIAS DO CREPOP: Clarissa Paranhos Guedes informou que a
183 referência sobre Psicologia do Esporte irá para consulta; a de Questões da Terra já passou por
184 reformulações, irá para a revisão gramatical e será publicada. Clarissa Paranhos Guedes contou
185 que maioria das referências do Crepop está com texto em finalização, como: álcool e drogas;
186 saúde do trabalhador. As outras comissões estão trabalhando com prazo para fevereiro ou março
187 para que o texto siga para revisão. Clarissa Paranhos Guedes informou que as comissões dos
188 temas a seguir ainda não começaram a trabalhar e que este é o último prazo: idosos; medidas
189 socioeducativas; Creas; Caps; população de rua; gestores SUS e gestores SUAS. Iolete Ribeiro
190 da Silva lembrou que o trabalho da referência de medidas socioeducativas está sendo feito pela
191 comissão como um documento unificado para tratar as medidas em meio aberto e em meio
192 fechado. Jureuda Duarte Guerra informou que a Comissão de Psicologia Hospitalar se reuniu e
193 está trabalhando. Pedro Paulo Gastalho Bicalho informou que o lançamento das referências
194 técnicas sobre psicologia e segurança pública que seria 14 de março, não poderá mais ser nessa
195 data por conta do prazo da consulta pública. Mas a data será aproveitada para fazer a reunião do
196 Crepop e um diálogo digital, de modo que fique marcada a data de um ano do assassinato de
197 Marielle Franco, além do lançamento do número especial da revista Psicologia: Ciência e
Profissão, já em fase de finalização, sobre a mesma temática. 14. NOTA TÉCNICA - USO DE

199 TESTES PSICOLÓGICOS COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: Daniela Sacramento Zanini
200 fez a leitura do material. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega perguntou se a psicóloga
201 pode ter o auxílio de intérprete de libras para fazer avaliação psicológica de pessoas surdas. Ela
202 lembrou que a própria comunidade surda já se manifestou, indicando que não quer fazer
203 psicoterapia com o auxílio de intérprete. Querem que a psicóloga domine a linguagem dos sinais,
204 assim como querem professores, médicos e outros profissionais. Nesse sentido, lembrou que
205 quando esteve na gestão do CRP, a orientação para profissionais era negativa para o atendimento
206 psicológico por meio de intérprete. Daniela Sacramento Zanini explicou que há diferenças entre
207 a psicoterapia e a avaliação psicológica, pois, às vezes, a avaliação é compulsória. Assim,
208 quando não existem profissionais com domínio da linguagem de libras para realizar a avaliação
209 psicológica compulsória, como em um concurso público, por exemplo, é a pessoa com
210 deficiência que sai prejudicada, sendo eliminada do concurso. Por isso, a sugestão da Comissão
211 Consultiva em Avaliação Psicológica - CCAP é com essa possibilidade de mediação. Daniela
212 Sacramento Zanini lembrou que hoje em dia isso já está acontecendo, assim, a ideia da nota é
213 tentar buscar o bem fazer dessa avaliação que já aconteceu na prática. Ela explicou que a nota fala
214 da necessidade de ter testes validados para isso e explica como adaptar aqueles testes que já
215 existem. Hoje não se sabe se há diferença significativa na aplicação desses testes entre
216 populações diferentes, então a CCAP buscou dar subsídios para ter registros dessa prática.
217 Regina Lúcia Sucupira Pedroza informou que uma aluna de mestrado em direitos humanos
218 investigou sobre o direito dos surdos no vestibular da UNB e, hoje, o vestibular terá uma prova
219 feita por alguém que domine libras, de modo que o processo é diferente. Ela argumentou que em
220 vez de procurar um técnico, a pessoa deveria procurar a psicóloga que atenda em libras. Regina
221 Lúcia Sucupira Pedroza falou também de uma aluna cega que fez um estudo e concluiu que a
222 população geral usa uma linguagem infantilizada para lidar com pessoas com essa deficiência,
223 assim, sugeriu revisão nesse sentido. Daniela Sacramento Zanini e Fabián Javier Marin Rueda
224 explicaram que o trecho da nota que fala da necessidade de ter linguagem simples vale para
225 testes psicológicos para todos os públicos e não só para pessoas com deficiência. Norma Celiane
226 Cosmo explicou que sentiu falta de alguns "considerandos" importantes, pois acredita que além
227 de fazer menção aos documentos psicológicos, é preciso mencionar também os marcos legais
228 que são parâmetros para a legislação brasileira, como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que
229 versa sobre o acesso a pessoa com deficiência. Norma Celiane Cosmo sugeriu informar no
230 documento quem é considerada a pessoa com deficiência e fazer as devidas distinções, pois, o
surdo, por exemplo, não quer ser considerado pessoa com deficiência, ele compreende que

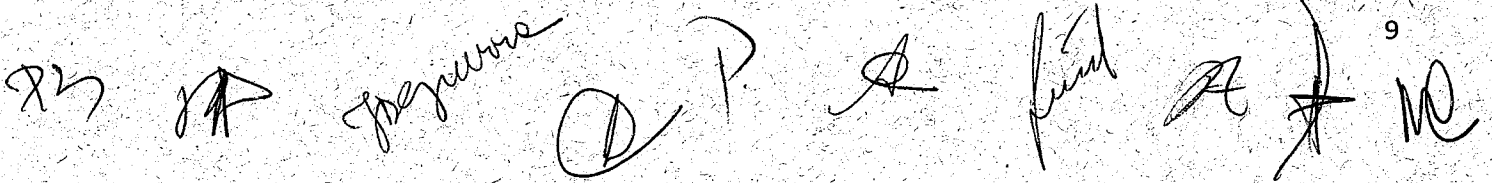
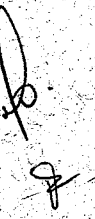


Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like 'Regina Lúcia Sucupira Pedroza', 'Daniela Sacramento Zanini', and 'Fabián Javier Marin Rueda'.

232 apenas tem uma linguagem diferente. Alertou que é importante diferenciar também deficiência
233 auditiva de surdez. Sugeriu considerar a pessoa com deficiência múltipla, e explicou que muitas
234 vezes, a paralisia cerebral tem grau de comprometimento apenas motor. Sugeriu fazer distinção
235 da pessoa cega para pessoa com baixa visão. Resumiu que a nota deve ser pedagógica para que a
236 psicóloga possa olhar o leque de recursos que envolve esse grupo de pessoas com deficiência.
237 Rogerio Gianini sugeriu situar melhor a questão dos instrumentos, porque não há ainda normas a
238 seguir. Ele falou da necessidade de a plenária conversar mais sobre esse cenário de ter a
239 avaliação com a mediação de um tradutor. Ana Sandra Arcoverde informou que a Univasf –
240 Universidade Federal do Vale do São Francisco tem um acúmulo grande sobre o assunto, em
241 especial, relacionado à comunidade surda. Sugeriu contato com Adriana, a coordenadora, que é
242 acessível. Ana Sandra Arcoverde explicou que o domínio da linguagem em libras é prioritário
243 na seleção dos profissionais da universidade, desde os professores até o reitor. Ela exemplificou
244 que a universidade realizou um congresso em libras e que o tradutor na ocasião era para o
245 português e não o contrário. Enfatizou que os surdos vivem como estrangeiros dentro do próprio
246 país. Concluiu que, por meio de intérprete, pode não haver uma escuta qualificada. Entende que
247 a ideia da nota é de incluir, mas questionou se é isso que os surdos querem, já que têm o direito a
248 um profissional que tenha condições de fazer a avaliação sem interpretes. Compreende que esse é
249 o mundo ideal, mas questionou se o fato de se resolver a questão, por enquanto, com paliativos,
250 não virá a atrasar a solução ideal. Fabián Javier Marin Rueda explicou que há três contextos em
251 que existe a avaliação compulsória: trânsito, porte de armas e concurso público. O que foi
252 discutido pela CCAP é que essa situação acontece na prática, a pessoa quer, e a empresa deve
253 oferecer um tradutor de libras. Mas as psicólogas precisam saber se pelo CFP isso é permitido.
254 Assim, a nota foi desenvolvida para responder esse questionamento da categoria. Nesse sentido,
255 a nota aborda dois aspectos: um de orientações técnicas, para autores e editoras, sobre fazer
256 testes que atendam essas populações com deficiências. Quanto a isso não há divergências. Já o
257 segundo aspecto, é mais abrangente e a plenária fez uma discussão, mas que levanta um grande
258 problema que não é só do contexto da avaliação psicológica, ou da psicologia, mas sim de toda a
259 sociedade. Fabián Javier Marin Rueda explicou que a CCAP tem condições de assumir a questão
260 técnica. A publicação dessa nota com orientações é um avanço, mas não vai responder as
261 consultas imediatas, que chegam ao CFP hoje. A nota é uma tentativa de redução de danos para
262 melhorar a prática desse tipo de avaliação que já acontece hoje. Diante de todo o debate, Fabián
263 Javier Marin Rueda sugeriu separar a nota, pra que neste momento se publique somente a
questão técnica. Norma Celiane Cosmo perguntou se essa nota orientativa para autores e editoras

23
A
segundo
Arcoverde
P
A
Fabián
D
8
M

265 pode contemplar a exigência de que a pessoa que vai construir o instrumento deve ouvir a pessoa
266 que será avaliada. Fabián Javier Marin Rueda explicou que a validação de um teste só pode ser
267 feita ouvindo essas pessoas, caso contrário, nem é possível fazer a validação do teste. Sempre é
268 necessário ter uma amostra normativa, pessoas sem deficiência, e outro grupo com uma
269 deficiência específica. Ficou combinado que a nota deve se restringir a abordar apenas a
270 orientação técnica para autores e editoras, o que poderá ser feito após diálogo com a CCAP na
271 próxima reunião. Depois disso, o assunto será pautado novamente para a plenária do CFP,
272 porque os outros pontos tem natureza de resolução do CFP e não de nota técnica. Fabián Javier
273 Marin Rueda sugeriu fazer um apanhado na CCAP sobre o que chega de demandas relativas a
274 concursos públicos para pessoas com deficiência, para a criação de uma resposta única do ponto
275 de vista técnico para todo o país. Ficou encaminhado também pautar um tema de forma mais
276 ampla na Apaf, com o objetivo de criar uma resolução cuidadosa. Foi feito intervalo para o
277 almoço às treze horas. A reunião foi retomada às catorze horas. 15. INFORME SOBRE
278 REUNIÃO DO FNTSUAS: Andréa Esmeraldo Câmara informou que houve uma reunião
279 extraordinária em janeiro, com convidados externos, como frentes democráticas, movimentos
280 sociais, centrais sindicais, para pensar como o desenho do governo federal está incidindo nos
281 processos da assistência social. Na ocasião, foi encaminhado que essa frente será ampliada para
282 seguridade social, saúde, criança e adolescente. Foi avaliado que houve grandes perdas nas
283 políticas de assistência, principalmente pelo sucateamento da visão de sistema único. A reforma
284 está impactando nos trabalhos do SUAS – Sistema Único de Assistência Social. Andréa
285 Esmeraldo Câmara contou que o CFP está compondo essas frentes. Foi indicado que o CFP
286 incentive a participação, por meio de suas representações, do CNS – Conselho Nacional de
287 Saúde, do Fentas - Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Área da Saúde, e do
288 Conanda - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Andréa Esmeraldo
289 Câmara explicou que o próprio conceito de seguridade está sendo alterado. Contou que parte das
290 políticas de saúde estão indo para o Ministério de Cidadania. A organização está
291 descaracterizando a assistência social e a saúde como direito dos cidadãos. 16. PROCESSO
292 ADMINISTRATIVO CRP-11/CE: A relatora Clarissa Paranhos Guedes apresentou o relatório
293 votando pelo indeferimento da concessão do título de especialista, mantendo a decisão do CRP.
294 Iolete Ribeiro da Silva perguntou se o indeferimento é pela falta da informação no diploma ou no
295 E-mec. Clarissa Paranhos Guedes respondeu que falta a informação nos dois, pois o curso não é
296 reconhecido pelo MEC. Iolete Ribeiro da Silva explicou que pós-graduação não é avaliada pelo
E-mec. A instituição é cadastrada e a plataforma vai mostrar todos os cursos dessa instituição.



298 Então é preciso saber se a instituição está no E-mec e não o curso especificamente. Clarissa
299 Paranhos Guedes informou que a instituição também não está, pois não é uma universidade, e,
300 por isso, não é possível reconhecer. A plenária votou de acordo com a relatora. 17. PROCESSO
301 ADMINISTRATIVO CRP-09/GO: A relatora Clarissa Paranhos Guedes apresentou o relatório,
302 votando por reformar a decisão do CRP-09/GO, dando provimento ao recurso da psicóloga. A
303 plenária votou de acordo com a relatora. 18. PROCESSO ADMINISTRATIVO CRP07/RS: A
304 relatora Regina Lúcia Sucupira Pedroza apresentou o relatório pelo indeferimento do título de
305 especialista, mantendo a decisão do CRP e negando o pleito da psicóloga. A plenária votou de
306 acordo com a relatora. 19. PROCESSO ADMINISTRATIVO CRP06/SP: A relatora Andréa
307 Esmeraldo Câmara apresentou o relatório votando pelo indeferimento da solicitação da
308 psicóloga. A plenária votou de acordo com a relatora. 20. PROCESSO ADMINISTRATIVO
309 CRP06/SP: A relatora Iolete Ribeiro da Silva apresentou o relatório, votando por negar
310 provimento ao recurso. A plenária votou de acordo com a relatora. 21. ALTERAÇÃO DA
311 RESOLUÇÃO CFP Nº 11/2007: Norma Celiane Cosmo informou que a alteração da resolução
312 foi muito discutida na tesouraria e na Apaf - Assembleia de Políticas, da Administração e das
313 Finanças, especialmente sobre a multa eleitoral. A minuta foi apreciada e aprovada por
314 unanimidade. Deve ser publicada e enviada aos CRPs. 22. PROPOSTA REPASSE
315 FINANCEIRO COREPS 2019: Norma Celiane Cosmo apresentou a proposta de repasse aos
316 CRPs por ocasião do processo do CNP, para dar subsídios para realização dos Coreps -
317 Congressos Regionais de Psicologia. Informou que os CRPs pequenos receberam, na última
318 edição do CNP, 24 mil reais, e, os médios, 12 mil reais. Para este ano, está proposto o valor de
319 até 32 mil reais para CRPs pequenos e até 16 mil reais para os CRPs médios. Os grandes não
320 recebem auxílio. Todo o recurso do CNP é da conta divulgação. Marisa Helena Alves fez breve
321 informe do CNP. Haverá reunião presencial da Comorg - Comissão Organizadora Nacional na
322 segunda-feira, em que será apresentado o sistema que o CFP está desenvolvendo para as
323 propostas, a ser utilizado nos Coreps e no CNP. Haverá capacitação para os CRPs sobre esse
324 sistema nos dias 12 e 13 de março. Informou que esse sistema não tem nome ainda e pediu
325 sugestões. Houve a sugestão de SisCNP, ParticipaPsi, Psistema. Ficou combinado que poderiam
326 fazer mais sugestões até o final da plenária para posterior decisão. 23. MATERIAL DE
327 REFERÊNCIA SOBRE ALIENAÇÃO PARENTAL: Iolete Ribeiro da Silva informou que em
328 setembro foi apresentado à plenária esse plano de trabalho. Todos os textos foram entregues e
329 agora está na fase de revisão dos textos. Agora é preciso organizar esse material e definir a
distribuição com os CRPs. Perguntou se tem alguma reunião de presidentes agendada antes da

331 Apaf, para aproveitar a ocasião e entregar aos CRPs, explicando que deve ser usado como
332 subsídio para os debates nos regionais. Destacou que esse assunto está no cotidiano, que precisa
333 ser discutido, pois constantemente surge nos processos éticos. A ideia é construir subsídios para
334 que o Sistema Conselhos consiga se posicionar sobre o tema alienação parental. Iolete Ribeiro da
335 Silva explicou que nesse material há textos a favor e outros contra o método atual de alienação
336 parental. 24. PL 7683/2017 – ASSISTÊNCIA PSICOLÓGICA CONTINUADA AOS
337 ATLETAS PROFISSIONAIS: Camila Dias (GTEC/CFP) informou que o PL prevê a alteração
338 da lei 9.615/98 para incluir entre os deveres de entidade de prática desportiva empregadora o de
339 garantir assistência psicológica continuada aos atletas profissionais. A Gtec produziu um parecer
340 que foi lido em plenária. Regina Lúcia Sucupira Pedroza informou que o parecer passa a
341 impressão de que o CFP é a favor de uma Psicologia do Esporte voltada para esporte de alto
342 rendimento. Andréa Esmeraldo Câmara perguntou o que aconteceria se o CFP se colocasse
343 contrário ao PL. Regina Lúcia Sucupira Pedroza explicou que não é o caso de se posicionar
344 contrário ao PL, mas sim de alterar o texto. Iolete Ribeiro da Silva explicou que o parecer não é
345 do GT da Apaf, ele foi elaborado pela Gerência Técnica do CFP e pode ser alterado. Rogério
346 Gianini perguntou se o CFP apoia o projeto de lei ou não. Ele explicou que no caso de apoio ao
347 PL, é possível ajustar o texto. O plenário se colocou a favor do PL, mas o texto do parecer
348 precisa ser reformulado pela GTEC com orientação da Conselheira Regina Lúcia Sucupira
349 Pedroza. 25. INFORME SOBRE PROJETO INTERVOZES/ANDI - FORTALECENDO A
350 CAPACIDADE DOS OPERADORES DE JUSTIÇA EM COIBIR VIOLÊNCIAS: Iolete
351 Ribeiro da Silva informou que haverá, para operadores de direito, uma formação em direitos da
352 criança e adolescente expostos na mídia. O CFP fará parte do curso junto com a Andi –
353 Comunicação e Direitos e com o Conanda – Conselho Nacional de Direitos da Criança e do
354 Adolescente. O público dos cursos são membros de tribunais, conselhos tutelares e outros.
355 Norma Celiane Cosmo explicou que o CFP não tem os nomes por enquanto, mas a ideia é
356 aprovar a parceira. Em momento posterior, haverá aprovação dos nomes. Foram indicados para
357 acompanhar esse trabalho a Conselheira Iolete Ribeiro da Silva e o Conselheiro Paulo Roberto
358 Martins Maldos. A parceria foi aprovada por unanimidade. 26. REVISÃO DA RESOLUÇÃO
359 007/2003: Daniela Sacramento Zanini lembrou que a revisão da resolução veio como solicitação
360 da Apaf há cerca de dois anos. Um GT trabalhou nessa revisão, o documento foi apreciado na
361 plenária do CFP de novembro de 2018. Houve uma análise mais minuciosa pelo CFP até a
362 plenária de dezembro e o documento foi aprovado na última Apaf. Agora, a plenária do CFP
deve referendar a decisão da Apaf. O documento foi aprovado para publicação. 27. REVISÃO

364 DA RESOLUÇÃO CFP Nº 007/2009: Fabián Javier Marin Rueda informou que a resolução não
365 tem o formato legal de artigos. Assim, agora a plenária deve referendar a apreciação da Apaf,
366 mas a Gerência Jurídica ainda deve colocar a resolução no formato de artigos. Resolução
367 aprovada por unanimidade. 28. *RED LAPED: RED LATINOAMERICANA DE PSICOLOGÍA*
368 *EM EMERGENCIAS Y DESASTRES – REPRESENTAÇÃO E V CONGRESSO*: Marisa Helena
369 Alves explicou que o CFP foi um dos fundadores da Rede e, em 2011, lançou a publicação
370 "Psicologia de Emergências e Desastres na América Latina: Promoção de Direitos e Construção
371 de Estratégias de Atuação". Após longo período de ausência nas discussões latino-americanas,
372 em 2017, o CFP retomou o diálogo com a *Red LAPED*, com o auxílio da psicóloga colaboradora
373 Conceição Pereira (CRP-PE). A participação na *Red LAPED* se dá por meio de fóruns virtuais,
374 congressos e encontros realizados aproximadamente a cada dois anos. Conforme informações de
375 Conceição Pereira, a *Red LAPED* solicita ao CFP o pagamento de taxa inicial (60 dólares),
376 anuidade 2018 (10 dólares) e anuidade 2019 (10 dólares). Em 2019, ocorrerá o "*V Congreso*
377 *Internacional y VI Encuentro de la Red Latinoamericana de Psicología en Emergencias y*
378 *Desastres*" Tema do Congresso: "*Gestión integral e integrada de riesgos de Emergencias y*
379 *Desastres. Intervenciones transformadoras. Aporte Psicosocial y DD.HH.*" O evento será de 9 a
380 11 de maio, na *Universidad Nacional de Córdoba, Facultad de Psicología - Córdoba, Argentina*;
381 e o prazo de inscrição é até 15 de março. Marisa Helena Alves consultou se o CFP deve
382 permanecer nessa rede, se deve participar do evento e pagar as taxas previstas. Foi deliberado
383 que o CFP deve voltar a compor a rede e participar do evento, pagando as taxas solicitadas. 29.
384 RESOLUÇÃO DE CRIAÇÃO DO CRP-24: Norma Celiâne Cosmo informou que o CRP fez
385 uma apresentação na Apaf que mostrou um desmembramento muito bem trabalhado pela equipe
386 e pela gestão, e isso foi aprovado. Agora o CFP deve publicar a resolução. A resolução foi
387 aprovada por unanimidade. 30. NOTA DO FCFAS – VETO PARCIAL AO PLC 74/2018 –
388 PSICOMOTRICIDADE: Regina Lúcia Sucupira Pedroza informou que o veto parcial ao PLC
389 74/2018, sobre psicomotricidade, foi discutido na reunião do Fórum dos Conselho Federais da
390 Área da Saúde (FCFAS/Conselhinho), no dia 24/01/19. Foi deliberada a elaboração de nota
391 conjunta para solicitar aos parlamentares do Congresso Nacional a manutenção do veto, que não
392 autorizou a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Psicomotricidade, ainda que tenha
393 regulamentado a atividade profissional de psicomotricista. Regina Lúcia Sucupira Pedroza
394 destacou que o projeto foi aprovado e o curso vai existir. Ela explicou que conversou com a
395 assessora parlamentar do CFP, Cleo Dornelles, e entendeu que do jeito que o projeto está

397
398
399
400
401
402
403
404
405
406
407
408
409
410
411
412
413
414
415
416
417
418
419
420
421
422
423
424
425
426
427
428

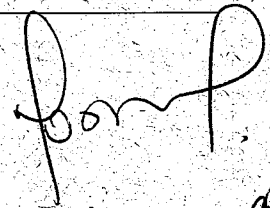
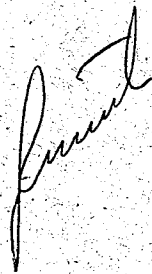
anos, e depois não poderá mais. Membros da plenária perguntaram se isso implica que psicólogos não poderão mais ser psicomotricistas, e se há alguma brecha para manter psicólogos. Foi explicado que a psicomotricidade sairá do rol de especialidades e passará a ser função apenas do psicomotricista. Aqueles que já têm o título de especialista ainda poderão exercer a profissão. A plenária aprovou a minua de nota do conselhinho. 31. CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO PARA APERFEIÇAMENTO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL: Rogério Gianini falou da importânciã das entidades formadoras de especialização em psicologia. Afirmou que a formação continuada é de alguma forma o ápice da formação da psicóloga, e não a carreira acadêmica, haja vista que essa última é voltada para a psicóloga fazer pesquisa, licenciatura, enfim, que contribui para a profissão, mas para psicólogas com perfil acadêmico. Já para a profissional, a psicóloga que está no exercício cotidiano da profissão, no consultório, nas políticas públicas, prestando consultoria, entre outras atividades, há outro contexto de formação continuada. Nesse sentido, a ideia do ponto é começar a discutir um campo da psicologia que precisa ser resgatado. Ele lembrou que na época de criação das especialidades, houve diálogo com essas instituições e muitas entidades eram credenciadas. Entretanto, a partir da determinação judicial de que apenas o MEC credencia cursos, o CFP perdeu a articulação com essas instituições. A ideia é retomar esse diálogo, reconhecendo que nesses dois anos, a gestão produziu muito, mas não voltou a dialogar com esse grupo de entidades formadoras de especialização. Sugeriu um grupo de trabalho interno para pensar em ações nesse sentido. Indicou que as entidades do FENPB – Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira podem ajudar. Fabián Javier Marin Rueda lembrou que haverá uma reunião com Márcio Cruz para pensar num planejamento conjunto do FENPB e esse ponto pode ser colocado. Foi indicado o nome de Rosane Granzotto para auxiliar na tarefa. Fabián Javier Marin Rueda lembrou do projeto de o concurso de especialista ser no próprio congresso da área, promovido pela associação nacional daquele segmento. Sugeriu que o CFP pautue este ponto para a reunião do FENPB. Iolete Ribeiro da Silva informou que a Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar sempre fez a prova no congresso da sociedade. Andrea Esmeraldo Câmara perguntou se isso não prejudicaria aqueles profissionais que não podem ir ao congresso. Fabián Javier Marin Rueda explicou que não, pois a prova é feita no congresso para reconhecer a sociedade organizada daquela área, mas também acontece a prova dessa especialidade no concurso de todas as provas. Os nomes de Marisa Helena Alves, Norma Celiane Cosmo e Fabián Javier Marin Rueda também foram aprovados para auxiliar nas atividades dessa temática. 32. INFORME SOBRE REGIMENTO ELEITORAL: Rogério Gianini informou que será feita uma retificação na portaria de nomeação da Comissão Eleitoral Especial.

Handwritten notes and signatures at the bottom of the page:

- Handwritten signature: *Rogério Gianini*
- Handwritten signature: *Aracelis*
- Handwritten initials: *PH*, *AA*, *AA*, *P*, *R*, *AA*, *AA*
- Handwritten signature: *Iolete Ribeiro da Silva*
- Handwritten signature: *Marisa*
- Handwritten signature: *Marcio Cruz*
- Handwritten signature: *Fabián Javier Marin Rueda*
- Handwritten signature: *Andrea Esmeraldo Câmara*
- Handwritten signature: *Rosane Granzotto*
- Handwritten signature: *Norma Celiane Cosmo*
- Handwritten signature: *Marisa Helena Alves*
- Handwritten signature: *Marisa*

430 A Ângela Soligo será substituída pelo seu suplente. 33. JULGAMENTO DE PROCESSOS
431 ÉTICOS EM NOVO HORÁRIO: Rogério Gianini informou que haverá uma experiência de o
432 julgamento de processos éticos iniciar no período da tarde na próxima plenária, às catorze horas.
433 34. NOTA DE BRUMADINHO: a nota foi apreciada e aprovada com algumas correções. A
434 plenária foi encerrada às 17 horas e 20 minutos. Esta ata foi lavrada por mim, Pedro Paulo
435 Gastalho de Bicalho, Conselheiro-Secretário do CFP, a qual foi lida e assinada por todos os
436 presentes _____ acima _____ nomeados _____ e
referenciados.

Alencar
que a nota
malu



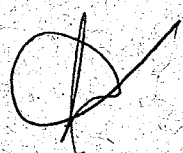
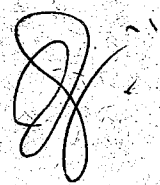
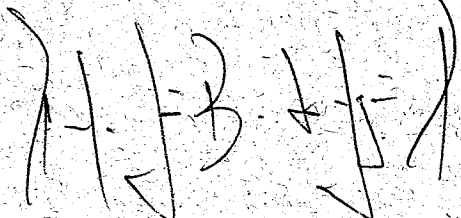
clarissimo

Paulo S. Cavari



Jureide Duarte Guerra

Luís Carlos



Rogério

Paulo Bicalho

